



Tecnologia a serviço da Justiça

Expansão da biometria e processo judicial eletrônico serão os principais desafios do TRE-RJ em 2017

Empossada no último dia 6 de março, a presidente do TRE-RJ, desembargadora Jacqueline Lima Montenegro, será responsável neste ano por dois projetos de grande impacto para a Justiça Eleitoral fluminense: a expansão do cadastramento biométrico no estado e a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Ambos têm em comum a utilização da tecnologia para aprimorar a prestação de serviços à população. “Tenho tentado pautar a minha car-

reira sempre na busca de fazer a melhor justiça, procurando dar minha contribuição, ainda que pequena, para que possamos chegar àquele Brasil com que todos sonhamos”, declarou a desembargadora em seu discurso de posse.

Criado para dar fim à tramitação de autos em papel no Poder Judiciário, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) permite que magistrados, servidores e advogados pratiquem atos processuais diretamente no sistema, além de garantir a confiabilidade

do processo judicial mediante o uso da certificação digital. No TRE-RJ, a implantação do novo sistema foi regulamentada pela Resolução TRE 981/2017. Aprovada na sessão plenária de 24 de abril, a norma definiu que, a partir de 28 agosto, a utilização do PJe será obrigatória para a propositura e a tramitação de 25 classes processuais originárias no segundo grau de jurisdição.

Os benefícios do sistema são inúmeros, conforme destaca a presidente Jacqueline Montenegro: “Com o PJe, a expectativa é de maior celeridade no andamento dos processos, comodidade para os usuários do sistema e operadores da Justiça, além da responsabilidade ambiental, por meio do uso racional de papel e recursos orçamentários”. Segundo o TSE, após a implantação e o pleno funcionamento do sistema nos TREs, em meados de 2018 será a vez de as zonas eleitorais também adotarem o PJe.

Outro importante projeto da nova Administração neste ano é a expansão do cadastramento biométrico dos eleitores. A meta é que, até o final de 2017, todos os cartórios estejam equipados com kits biométricos. “A biometria é uma conquista da sociedade, ao estender a informatização ao alistamento e à identificação dos eleitores”, opina a desembargadora. Para este ano, há ainda a previsão de cadastramento obrigatório nas cidades de Rio das Ostras, Trajano de Moraes e São Sebastião do Alto, assim como São João da Barra, onde a revisão do eleitorado teve início em abril. “Além de ser um escudo de legitimidade ao resultado das urnas, levar a informatização à identificação dos eleitores coloca a Justiça Eleitoral em sintonia com a sociedade, que tem pressionado e exigido por moralidade e transparência na Administração Pública”, acrescenta a magistrada.

Remanejamento das zonas eleitorais

Além da biometria e do processo judicial eletrônico, um dos principais desafios que a Administração do TRE-RJ terá pela frente será a implementação do remanejamento das zonas eleitorais no estado. A medida foi determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, em março, aprovou a Resolução 23.512/2017 e publicou a Portaria 207/2017, com o objetivo de realizar um rezoneamento eleitoral para “aprimorar o trabalho e economizar gastos com as zonas eleitorais”.

Nesse sentido, em abril, a Corte Eleitoral fluminense aprovou proposta para reduzir de 97 para 49 o número de zonas eleitorais na Capital. Elaborado por um grupo de trabalho designado pela presidente Jacqueline Montenegro, o remanejamento levou em consideração uma série de fatores, como a média de 100.016 eleitores por zona eleitoral, o agrupamento de zonas eleitorais limítrofes, a priorização de junção de zonas eleitorais localizadas no mesmo imóvel e o agrupamento de zonas eleitorais com manutenção das atuais circunscrições.

Como premissa de todo o trabalho, o TRE-RJ tem dado ampla divulgação de todas as etapas do processo a magistrados e servidores, por meio de avisos e reuniões, como a que foi realizada pela Presidente com todos os juízes de direito da Capital em abril. Segundo o TSE, o rezoneamento deve promover uma economia de cerca de R\$ 13 milhões por ano. Em todo o país, serão extintas 72 zonas eleitorais em 16 capitais.

Continuidade com a Administração anterior

Mesmo antes de tomar posse como presidente do TRE-RJ, a desembargadora Jacqueline Montene-

gro fez questão de afirmar que sua gestão seria uma continuação da anterior, comandada pelo desembargador Antônio Jayme Boente. “Em todas as oportunidades em que tive a honra de integrar a Corte Eleitoral, fui sempre precedida pelo desembargador Boente. Por isso, orgulho-me de dizer que tenho nele um professor, uma luz a seguir, uma pessoa com talento não só jurídico, mas uma competência administrativa, que poucas vezes tive oportunidade de conhecer”, ressalta a desembargadora.

Diversas iniciativas do desembargador Antônio Jayme Boente, descritas em seu relatório de gestão (disponível no Portal da Transparência no site do Tribunal), tiveram continuidade e apoio da atual gestão, como a aprovação do Código de Ética, com as normas que regem a conduta dos servidores, e a implantação, em parceria com a Corregedoria Regional Eleitoral, do serviço de agendamento, por telefone ou internet, para atendimento dos eleitores nos cartórios em todo o estado. A criação de seis centrais de atendimento ao eleitor, nos municípios de Cabo Frio, Petrópolis, Nilópolis, Mesquita e Rio de Janeiro (Barra da Tijuca e Cascadura), e a celebração de convênio com o Detran-RJ, em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral, para aproveitamento dos dados biométricos daquele órgão, também foram outras iniciativas de destaque.

Integração entre Presidência e Corregedoria

Ao assumir a Vice-Presidência e a Corregedoria Regional Eleitoral, em março, o desembargador Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos destacou, no discurso de posse, que a busca por uma maior integração entre a Corregedoria e a Ouvidoria (esta sob o comando do desembargador eleitoral Antonio Aurélio Abi-Ramia Duarte e coordenação da Assessoria Administrativa da Presidência), seria uma das principais marcas de sua gestão. O objetivo, segundo o magistrado, é “otimizar o atendimento aos eleitores nos cartórios, além de propiciar maior visibilidade na fiscalização dos trabalhos realizados no Tribunal”.

Outro projeto da Corregedoria neste ano é a promoção de medidas para aprimorar a produtividade dos juízes eleitorais, como forma de melhorar as metas do Conselho Nacional de Justiça referentes aos julgamentos no primeiro grau de jurisdição. Uma dessas medidas, já implementada,

foi a requisição de técnicos do Tribunal de Contas do Município para auxiliar na análise das contas anuais e eleitorais, de modo a agilizar o julgamento dos processos de prestação de contas.

E, por fim, a conciliação e a mediação serão utilizadas como métodos de solução de conflitos nos processos administrativos contra servidores. A Resolução 979/2017, proposta pela Corregedoria, já foi aprovada por unanimidade pela Corte do TRE-RJ em março. “Em ambiente de trabalho, onde há convívio entre as pessoas, é muito positiva a adoção de medidas consensuais para solução de conflitos”, afirmou a presidente, em apoio à iniciativa do corregedor. A Administração está na fase de celebração de convênio para implementar a conciliação e a mediação, bem como para capacitar seus servidores. O procedimento de conciliação e mediação ainda será regulamentado pela CRE.



Desembargadora Jacqueline Montenegro

Antes de assumir a Presidência, a magistrada ocupava, desde dezembro de 2015, os cargos de vice-presidente e de corregedora do TRE-RJ, função que já havia exercido no biênio 2008-2009. A Justiça Eleitoral fluminense faz parte da vida profissional da magistrada desde 1994, quando atuou pela primeira vez como juíza eleitoral substituta. Foi titular da 20ª Zona Eleitoral (Engenho de Dentro) de 1999 a 2001. Em 2004, foi eleita membro substituto do TRE-RJ, na classe de juiz de direito, ascendendo à condição de membro efetivo em 2006. Foi também diretora da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-RJ), de janeiro de 2004 a janeiro de

2007. Atualmente, é desembargadora efetiva da 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), cargo que acumula com a Presidência do TRE-RJ.

Desembargador Carlos Eduardo da Fonseca Passos

O desembargador Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos ingressou na magistratura em 1988, tendo sido promovido ao cargo de desembargador em 2002. Na Justiça Eleitoral, foi titular da 125ª Zona Eleitoral (Santa Cruz), de 1995 a 1999, e da 7ª Zona Eleitoral (Tijuca), de 1999 a 2002. Nas eleições municipais de 1996, foi um dos juízes responsáveis pela fiscalização da propaganda eleitoral no Rio de Janeiro. Hoje, é desembargador efetivo da 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), cargo que acumula, nesses dois anos de mandato, com o de membro efetivo do Colegiado do TRE-RJ.





Desembargador Fernando Cerqueira Chagas

Nomeado diretor da EJE em março deste ano, o desembargador Fernando Chagas é membro substituto da Justiça Eleitoral fluminense desde dezembro de 2015 e integra a 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro (TJRJ). É também presidente do Conselho Acadêmico da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) e da Comissão de Estudos das Atividades dos Serviços Extrajudiciais do TJRJ, além de conselheiro da Escola Nacional da Magistratura (Enfam).

EJE-RJ: agenda repleta de atividades para este ano

Também sob nova direção desde março de 2017, a Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro (EJE-RJ) está com uma agenda cheia este ano, que inclui eventos de capacitação e ações de cidadania. “A escola deve ser encarada como um grande elo entre o Judiciário e a sociedade, uma vez que tem o papel de difundir conceitos democráticos como o de cidadania e esclarecer quais são as funções dos partidos e as atribuições da Justiça Eleitoral, além de focar na importância do voto e na participação da mulher na política”, explica o atual diretor da EJE, desembargador Fernando Cerqueira Chagas.

Entre as ações previstas estão o Seminário de Direito Eleitoral, no primeiro semestre, para magistrados da Justiça Eleitoral,

membros do Ministério Público, servidores do TRE-RJ e demais operadores do Direito Eleitoral; e o Congresso de Educação para a Cidadania, no segundo semestre, para um público mais amplo, que inclui educadores, alunos, agremiações partidárias, estudiosos e população em geral. Além dessas iniciativas, o diretor ressalta que a EJE está aberta para receber a sociedade. “A escola é um espaço de aprendizagem e diálogo, por isso suas portas estão sempre escancaradas a todos os interessados”, ressalta.

Outras iniciativas inéditas são os projetos “Eleições Simultâneas na Capital”, destinados aos alunos de 20 escolas públicas; e “Visitas do TRE”, para estudantes de colégios particulares, que, após assistirem

a uma palestra sobre cidadania, vão ter a oportunidade de vivenciar uma sessão de julgamento do Tribunal. Iniciativas como o Curso de Técnica de Apresentação, que prepara servidores para atuar como palestrantes nas ações de cidadania, já foram realizadas com sucesso, conforme relata o diretor. “Uma de nossas preocupações é a de sempre manter capacitados magistrados e servidores, que são os nossos multiplicadores”, avalia. Neste ano, os programas “Eleitor do Futuro” e “TRE Vai à Escola” devem alcançar 3.500 alunos. Para incrementar essas iniciativas, a EJE está elaborando novas cartilhas educativas, slides e roteiros de palestras, além de conteúdos online para professores e estudantes.